O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO JOVEM E A RELEVÂNCIA DA PESQUISA PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

CARLA APARECIDA PEREIRA BERNADES DE BRITO

RESUMO

O conhecimento é a maior riqueza que um estudante pode adquirir ao longo de sua vida pessoal e dentro da sala de aula. Este se dá pela interação tridimensional entre professor-aluno-conteúdo. Sendo assim, a relação entre estes atores é primordial, pois é a partir da confiança mútua entre estes que as possíveis dificuldades na construção do conhecimento são diminuídas ou eliminadas. Já o aprendizado ocorre quando internalizamos conceitos, valores e normas sociais ensinadas, não só em sala de aula, mas no nosso cotidiano. O processo de aprendizado de jovens e adultos é consequência de uma vontade interna a estes. Além do mais, as experiências vividas por estes promovem, por fim, o amadurecimento dos indivíduos. Além disto, a construção de conhecimento no processo de aprendizagem de jovens e adultos pode ser auxiliado pela prática da pesquisa. O objetivo desta pesquisa é verificar a importância da pesquisa para a construção do conhecimento no processo de aprendizado de jovens e adultos. A matéria é importante porque evidencia a eminência da pesquisa para a construção do conhecimento no processo de aprendizado de jovens e adultos. O método hipotético-dedutivo, neste contexto, oferece os meios de construir, metodologicamente, a análise do tema desta pesquisa e a formação de uma conjectura para responder ao problema inicialmente posto. Sendo assim, a problemática desta pesquisa é saber: Qual é a importância da pesquisa para a construção do conhecimento e no processo de aprendizagem de jovens e adultos?

Palavras-chave: Conhecimento, aprendizagem, pesquisa, jovens, adultos.

ABSTRACT

Knowledge is the greatest wealth a student can acquire throughout their personal life and within the classroom. This is due to the three-dimensional interaction between teacher-student-content. Thus, the relationship between these actors is paramount, since it is from the mutual trust between them that the possible difficulties in the construction of knowledge are diminished or eliminated. Already learning occurs when we internalize concepts, values and social norms taught, not only in the classroom, but in our daily life. The process of learning of young people and adults is the result of an internal will among them. Moreover, the experiences they experience ultimately promote the maturation of individuals. Furthermore, the construction of knowledge in the learning process of young people and adults can be aided by the practice of research. The purpose of this research is to verify the importance of research for the construction of knowledge in the learning process of young people and adults. Matter is important because it highlights the eminence of research for the construction of knowledge in the learning process of young people and adults. The hypothetical-deductive method, in this context, offers the means to construct, methodologically, the analysis of the theme of this research and the formation of a conjecture to answer the problem initially posed. Thus, the problem of this research is to know: What is the importance of research for the construction of knowledge and in the learning process of young people and adults?

Keywords: Knowledge, Learning, Research. Young. Adults.

INTRODUÇÃO

A construção do conhecimento teórico e a prática interdisciplinar da aprendizagem por meio da pesquisa proporcionam a jovens e adultos agrega valor em sua educação. Segundo Cavalcante (2018), essa abordagem interdisciplinar só acontece quando os conteúdos das disciplinas se relacionam para a ampla compreensão de um tema estudado.

De fato, uma das formas de associar os conhecimentos teóricos em sala de aula e transformá-lo em aprendizado prático é por meio da pesquisa. Segundo Bagno (2007), a palavra "pesquisa" tem origem no latim com o verbo "perquirir", que significava procurar; buscar com cuidado; procurar em toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem; aprofundar na busca. Segundo Barbier (2004),

A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem por objetivo gerar novos conhecimentos ou refutá-los, constituindo-se num processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade, na qual esta se desenvolve.

A pesquisa é essencial para a construção do conhecimento no processo de aprendizado. Segundo Freire (2001), não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Além do mais, é no ato da pesquisa que professores e alunos criam as possibilidades para a sua própria construção. Segundo Demo (2007),

O professor deve ser um pesquisador que constrói e reconstrói seu projeto pedagógico. Ele deve produzir ou reconstruir textos científicos, elaborar ou reelaborar o ma-

terial didático, inovando sempre sua prática didática em sala de aula.

Além do mais, a figura do professor na construção do conhecimento e aprendizado por meio da pesquisa é basilar. Segundo Martins (2007) este deverá conduzir o projeto e procurar, em sua construção, resultados que possam superar a metodologia das superficialidades, isto é, os conceitos do senso comum, aprofundando mais o lado científico da investigação.

A criança tem paixão inata pela descoberta e por isso convém não lhe dar a resposta ao que não sabe, nem a solução pronta a seus problemas; é fundamental alimentar-lhe a curiosidade, motivá-la a descobrir as saídas, orientá-la na investigação até conseguir o que deseja (Martins, 2007).

A prática da pesquisa para a construção do conhecimento no processo de aprendizado é a base da educação escolar, pois segundo Demo (2007), pois quem conhece é capaz de intervir de forma competente, crítica e inovadora. Além do mais, não é possível sair da condição de objeto (massa de manobra), sem formar consciência crítica desta situação e contestá-la com iniciativa própria, fazendo deste questionamento o caminho de mudança.

Agora não se pretende afirmar nesta pesquisa que os conhecimentos transmitidos na sala de aula, por meio dos conteúdos obrigatórios no projeto pedagógico, não são importantes no processo de aprendizagem dos alunos, pelo contrário os dois métodos são complementares. Ainda Demo (2007), explana que,

Mesmo assim, a transmissão de conhecimento acumulado é insumo indispensável, em vários sentidos: a) porque conhecemos a partir do que já se conhece [...]; b) porque muito raramente conseguimos produzir conhecimento realmente novo [...]; c) porque, culturalmente falando, o processo de aprendizagem é realizado não de modo desencarnado, isolado, inventado, mas na esteira geracional que supõe sempre também transmissão; o processo transmissivo.

Neste contexto, o professor deve conduzir os seus alunos a prática da pesquisa, pois estes podem ser participantes da sua própria formação. Segundo Gómez (2000), o professor não pode ser um simples técnico que aplica as estratégias e rotinas aprendidas nos anos de sua formação acadêmica, mas deve necessariamente transformar-se em um investigador em aula.

Além do mais, segundo Zeichner (1998), os professores estão em situação privilegiada para fornecer uma visão de dentro da escola. Sendo assim, podem, por intermédio de uma metodologia de ensino baseada na pesquisa, aprofundar os conhecimentos básicos dos alunos sobre determinados temas.

Os alunos, contudo, para se inclinarem a prática da pesquisa, dependerão de sua vontade e do incentivo dos professores. Segundo André (2001), querer que o professor se torne um profissional investigador exige que se pense nas exigências mínimas para a sua efetivação, ou seja, é preciso que haja uma disposição pessoal do professor para investigar e o ambiente adequado para isso.

Esperar que os professores se tornem pesquisadores sem oferecer as necessárias condições ambientais, materiais, institucionais implica por um lado subestimar o peso das demandas do trabalho cotidiano e, por outro, os requisitos para um trabalho científico de qualidade (André, 2001).

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO COMO DIREITO DO HOMEM

As questões de direitos humanos estão presentes em nosso cotidiano. Em uma sociedade em constante transformação é imprescindível atenção para que estes não sejam desrespeitados, pois são essências para os indivíduos, como é o caso da educação. Segundo Sacavino (2008), a problemática dos Direitos Humanos é um dos componentes fundamentais das sociedades atuais. Do plano internacional ao local, os Direitos Humanos atravessam nossas preocupações, buscas, projetos e sonhos.

Após o fim do regime militar, o Brasil passou pelo processo de redemocratização e teve como principal símbolo a formulação de nossa Constituição Federal no ano de 1988, conhecida como constituição cidadã, esta que trouxe a baila uma série de direitos sociais, no seu Art. 6º, como o da educação. Segundo Candau (1999), na América Latina as experiências de educação em direitos humanos têm se multiplicado, principalmente a partir da década de 80. No Art. 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 afirma que toda a pessoa tem direito à educação.

A educação tem primordial importância para o desenvolvimento da personalidade, liberdade, capacidade intelectual do ser humano. Ainda no Art. 26º desta Declaração se explana que a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais.

Em 1924 com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) que teve grande importância para as mudanças educacionais que viriam nos próximos anos, sendo esta uma sociedade civil, onde se reuniam voluntariamente professores e demais interessa-

dos em debater sobre temas educacionais, sua sede era no Rio de Janeiro, mas a filiação podia ser feita em outras seções regionais. Compunham essa associação professores, jornalistas, políticos, escritores, funcionários públicos ou qualquer interessado em educação. No período de 1924 à 1935, a ABE promoveu inúmeras conferências e congressos em todo o Brasil, além de ser o centro de debates de inúmeras reformas de âmbito estadual e federal. No entanto, o ponto culminante foi a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, logo após a conferência de 1932. (Cunha, 1977).

As ideias dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação eram em defesa da democratização da educação escolar, a modernização dos métodos pedagógicos, o documento redigido foi apresentado à Assembleia Constituinte, transformando-se posteriormente no Capítulo II da Constituição promulgada em 1934, onde instituiu-se a fixação das diretrizes da educação nacional, a elaboração de um plano nacional de educação e outras leis promulgadas entre 1942 e 1946. (Saviani, 2008)

O Ministério da Educação e da Saúde Pública foi criado pós vitória da Revolução de 1930, o reconhecimento da educação como uma questão nacional apresentava-se naquele momento, já em abril de 1931, o então ministro baixou um conjunto de seis decretos, ficando estes conhecidos como a reforma Francisco de Campos.

a) Decreto nº19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;

b) Decreto nº19851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;

c) Decreto nº19852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;

d) Decreto nº19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;

e) Decreto nº20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;

f) Decreto nº21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (Saviani, 2004, p.31-32)

Temos em 1932, o manifesto dos pioneiros da educação, já mencionado anteriormente, como sendo vital influenciador na primeira carta magna, que delegou à União a responsabilidade de organizar a educação em âmbito nacional. Já na década de 30 havia a preocupação com a formação docente, institui-se assim o Estatuto das Universidades Brasileiras, dado que as escolas normais eram consideradas suficientes para a formação de professores primários, assim justificava-se a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, no entanto a Faculdade não chegou a ser instalada. Em 1939, sob comando do ministro Gustavo Capanema, reorganizou-se, na Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Filosofia, que ficou estrutura em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, sendo esta modelo para as demais Universidades (Saviani, 2004).

Durante a Reforma Capanema iniciada em 1942, são decretadas as Leis Orgânicas do Ensino, que em resumo abordava o Ensino Industrial, Ensino Secundário, Ensino Comercial, Ensino Primário, Ensino Normal e já fora do "Estado Novo" a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Em alguns trechos da Reforma fica claro a posição de discriminação entre desfavorecidos e favorecidos. As mudanças educacionais, são ocasionadas pelas mudanças infraestruturas, políticas e o perfil agrário do país. Tanto no que se refere aos ideais como ao nível das instituições existentes, ao proporem um novo tipo de homem para a sociedade capitalista, defendendo o direito deste à democracia, ou seja, o direito de todo ser humano desenvolver-se igualmente, um detalhe importante acaba por ser desconsiderado: o fato da sociedade estar dividida em termos de condições humanas, entre os que detêm os meios de produção e os que não detêm nada além de sua força de trabalho. Esta vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. (Ribeiro, 2001).

No início dos anos 60 a União Nacional dos Estudantes (UNE) inicia uma série de seminários e propostas de modernização do Ensino Superior, mas os dois pontos mais relevantes do movimento estudantil eram, primeiro era a revogação do acordo MEC/USAID e o retorno da UNE, que fora substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes por meio da Lei Suplicy Nº4.464/64. Toda mobilização social contribuiu para que em 1968, a Lei Nº 5.540 passasse a vigorar, denominada como a Lei da Reforma Universitária. (Cunha, 1980). As regulamentações do ensino iam sendo feitas de acordo com a agenda política definida pelos grupos que assumiam o controle político do país (Saviani, 2001). A expansão do Ensino ocorre nos anos de 1970 com a aceleração do crescimento econômico e com a promulgação da LDB 5692/71, preparando o país para a revolução tecnológica que ocorreria entre os anos de 1980 e 1990.

A partir da Segunda metade dos anos setenta e na década de oitenta, a revolução tecnológica começou a impor novos padrões à produção, à prestação de serviços e à integração internacional, em consequência, passou-se a exigir uma educação básica para todos os trabalhadores, educação profissional, educação continuada para aperfeiçoamento,

especialização e requalificação dos trabalhadores, criando exigências profissionais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação, enquanto as empresas passaram a requerer trabalhadores cada vez mais qualificados. (MEC, 2009).

O direito à educação proporciona aos indivíduos o acúmulo de conhecimento que é a maior riqueza que podemos adquirir ao longo de nossa vida. Segundo Santos (2013), a educação deve formar os indivíduos a se tornarem cidadãos críticos e que valorize cada vez mais o conhecimento acumulado durante a vida.

Além do mais, uma vez que o ser humano, segundo Araújo e Aquino (2001), é "um sujeito imbuído de razão e emoções e um mundo constituído de pessoas, objetos e relações multiformes, díspares e conflitantes", a educação neste contexto o auxilia a agir dentro de sua racionalidade e controlar o seus impulsos emocionais.

Uma das formas de associar os conhecimentos teóricos e transformá-lo em aprendizado prático é por meio da pesquisa. Segundo Bagno (2007), a palavra "pesquisa" tem origem no latim com o verbo "perquirir", que significava procurar; buscar com cuidado.

A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem por objetivo gerar novos conhecimentos ou refutá-los, constituindo-se num processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade, na qual esta se desenvolve (BARBIER, 2004, p. 15).

A pesquisa é essencial para a construção do conhecimento no processo de aprendizado. Segundo Freire (2001), não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Além do mais, é no ato da pesquisa que professores e alunos criam as possibilidades para a sua própria construção.

A figura do professor na construção do conhecimento e aprendizado por meio da pesquisa é basilar. Segundo Martins (2007) este deverá conduzir o projeto e procurar, em sua construção, resultados que possam superar a metodologia das superficialidades.

A prática da pesquisa para a construção do conhecimento no processo de aprendizado é a base da educação escolar, pois segundo Demo (2007), não é possível sair da condição de objeto (massa de manobra), sem formar consciência crítica desta situação e contestá-la com iniciativa própria, fazendo deste questionamento o caminho de mudança.

Neste contexto, deve-se conduzir os indivíduos a prática da pesquisa, pois estes podem ser participantes da sua própria formação. Segundo Gómez (2000), o professor não pode ser um simples técnico que aplica as estratégias e rotinas aprendidas nos anos de sua formação acadêmica, mas deve necessariamente transformar-se em um investigador em aula.

A prática da construção do conhecimento no processo de aprendizagem pela pesquisa é necessária e beneficia a formação dos indivíduos. Segundo Perrenound (1993), Com a crescente implantação das ciências da educação nos sistemas escolares, torna-se ao mesmo tempo necessário, benéfico e possível associar os indivíduos aos trabalhos de investigação.

A pesquisa permite que os indivíduos sejam autônomos no seu processo de aprendizagem e, consequentemente, na construção de seu conhecimento. Segundo Nóvoa (1992), os professores, para serem autônomos, necessitam assumir posturas reflexivas e críticas sobre o ensino como prática social, e que podem fazer isso se interrogando quanto aos resultados e à pertinência de seu trabalho.

A PRÁTICA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM PELA PESQUISA

A prática da construção do conhecimento no processo de aprendizagem pela pesquisa é necessária e beneficia a formação dos alunos. Segundo Perrenound (1993), Com a crescente implantação das ciências da educação nos sistemas escolares, torna-se ao mesmo tempo necessário, benéfico e possível associar os professores aos trabalhos de investigação.

A pesquisa sendo prática constante em sala de aula proporciona ao aluno expor suas dúvidas, suas preferências e interesses, usando-os como percurso científico para a construção de novos conhecimentos a partir dos conhecimentos já existentes. Através das trocas produzidas nas relações que se dão entre professor/aluno e aluno/aluno, segundo Lévy (1999, p.171) acontece a aprendizagem cooperativa.

A aprendizagem cooperativa, para Lévy,

> É um sinal que vem apontando para um ensino diferenciado no ciberespaço e que se traduz em inteligência coletiva no domínio educativo. Os professores e estudantes compartilham os recursos materiais e informativos de que dispõem, realizam trocas. O aprendizado se dá num fluxo contínuo tanto para o professor quanto para o estudante que continuamente atualizam seu aprendizado. (LÉVY 1999, p. 171).

A pesquisa permite que os alunos e

professores sejam autônomos no seu processo de aprendizagem e, consequentemente, na construção de seu conhecimento. Segundo Nóvoa (1992), os professores, para serem autônomos, necessitam assumir posturas reflexivas e críticas sobre o ensino como prática social, e que podem fazer isso se interrogando quanto aos resultados e à pertinência de seu trabalho. Segundo Charlot (2002),

Ao discutir as razões que dificultam a entrada da pesquisa na sala de aula argumenta que o ensino é um ato mais complexo que a pesquisa. A pesquisa não pode dar a inteligibilidade a todas as reações de um professor em sala de aula.

Por fim, a construção do conhecimento no processo de aprendizagem de jovens e adultos por meio da pesquisa deve vim acompanhada do planejamento escolar, pois segundo Conceição (2016), o planejamento não garante um bom desempenho por si só, é preciso que ele venha acompanhado de conhecimentos didáticos e de sua experiência prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi de verificar a importância da pesquisa para a construção do conhecimento no processo de aprendizado de jovens e adultos. Esta pesquisa foi bibliográfica de cunho exploratório e o método hipotético-dedutivo, neste contexto, ofereceu os meios de construir, metodologicamente, a análise deste tema e a formação de uma conjectura para responder ao problema inicialmente posto.

Uma das formas de associar os conhecimentos teóricos com o aprendizado prático é por meio da pesquisa, pois esta é essencial para a construção do conhecimento de jovens e adultos. Além do mais a participação do professor neste processo é essencial, pois este é capaz de intervir de forma competente, crítica e inovadora.

O professor, neste sentido, deve conduzir os seus alunos a prática da pesquisa, pois estes podem ser participantes da sua própria formação e estão em situação privilegiada para fornecer uma visão de dentro da escola. Contudo, para se inclinarem a prática da pesquisa, os alunos dependerão de sua vontade e do incentivo destes profissionais de ensino.

A prática da construção do conhecimento no processo de aprendizagem pela pesquisa, por fim, é necessária, pois permite que os alunos e professores sejam autônomos no seu processo de aprendizagem e, consequentemente, na construção de seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BAGNO, Marcos. Pesquisa na Escola o que é como se faz. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BARBIER, René. A Pesquisa-Ação. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2004. 159 p. - (Série Pesquisa em Educação, v. 3)

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

CANDAU, Vera Maria, et al. Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 1995.

CAVALCANTE, Meire. Interdisciplinariedade: um avanço na educação, 2018.

CONCEIÇÃO; Joecléa Silva; SANTOS; Joelma Felix dos; SOBRINHA, Maria do Carmo Araujo Moura; OLIVEIRA, Márjori Aparecida Rocha de. A importância do planejamento no contexto escolar, 2016.

CHARLOT, B. Formação de professores: a pesquisa e a política educacional. In: Pimenta, Selma Garrita e Evandro Ghedin, (orgs.). Professor Reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. pp.89- 110.

CUNHA, Luiz Antonio C.R. Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio, 2ª ed., Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

_____. A Universidade temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas, 10ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAVES, C.; GROSBAUM, M. W. Sucesso de todos, compromisso da escola. In: VIEIRA, S. L. (org.) Gestão da escola: Desafios a enfrentar. Rio de Janeiro, DP&A, 2013.

DEMO, Pedro. Educar Pela Pesquisa. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GÓMEZ, A. PÉREZ. O Pensamento Prático do Professor: A Formação do Professor Como Profissional reflexivo. In: Nóvoa, Antonio (org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Publicação Dom Quixote, 1992, pp.77-92

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. LDB - Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Lei Federal Nº 11.096/05, de 20 de dezembro de 1996. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regulamenta a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Brasília: MEC, 2005.

_____, Portal Brasil. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2011.

NÓVOA, A. O Pensamento Prático do Professor: Formação de Professores e Profissão docente. In: Nóvoa, Antonio (org.). Os Professores e a sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992, pp. 15-33

PERRENOUD, P. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

SANTOS, Elenir Souza. Trabalhando com alunos: subsídios e sugestões: o professor como mediador no processo ensino aprendizagem. Revista do Projeto Pedagógico; Revista Gestão Universitária, n. 40.

SAVIANI, D. Escola e democracia: polêmicas de nosso tempo. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ZEICHNER, K. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico. In: GERALDI, C. FIORENTINI, D. PEREIRA, E. (orgs.). Cartografias do trabalho docente. Campinas: Mercado das Letras/ALB, 1998, pp. 207-236.